



A PAISAGEM DE MAQUEZE E SUAS INFLUÊNCIAS NOS CASAMENTOS PREMATUROS E NO FRACASSO ESCOLAR DAS RAPARIGAS DA ESCOLA SECUNDÁRIA LOCAL

THE MAQUEZE LANDSCAPE AND ITS INFLUENCES ON EARLY MARRIAGES AND SCHOOL FAILURE OF GIRLS AT THE LOCAL SECONDARY SCHOOL

Carlitos Luis Sitoie¹
Loide da Graça Acácio Macuacua²

RESUMO

As principais proposições da psicologia das paisagens defendem que o ambiente natural e o artificial podem influenciar na construção de valores, hábitos e costumes que representam o comportamento do indivíduo. A presente pesquisa teve como objetivo compreender como a relação dos espaços geográficos influenciam na gravidez prematura, causando fracasso escolar em raparigas³ da escola secundária de Maqueze, em Moçambique. O método aplicado para o estudo foi qualitativo, de caráter exploratório, e a mostra da população foi composta por 22 sujeitos sociais. Os resultados da pesquisa evidenciaram que o baixo aproveitamento escolar das raparigas em situações de união prematura está associado ao ambiente local (paisagem natural e artificial, valores, crenças etc.), que constituem fatores externos. Essas raparigas são incentivadas pela crença de que a gravidez proporciona um marido que dará boa vida à esposa e de que ter filhos significa ter alguém que cuidará dos pais quando idosos. A gravidez prematura também é resultado de sexo praticado em troca de benefícios (bens de uso e consumo). A convicção local de que uma mulher grávida e/ou com filho não pode continuar a estudar, mas deve ficar restrita ao lar, dentre outras, constitui-se em uma variável ambiental materializada no território de Maqueze, influenciando tanto a gravidez prematura como o abandono escolar.

PALAVRAS-CHAVE: União prematura. Aproveitamento escolar. Escola. Rapariga.

ABSTRACT

The main propositions of landscape psychology argue that the natural and artificial environment can influence the construction of values, habits and customs that represent the individual's behavior. The research aimed to understand how the relationship between geographic spaces influences premature pregnancy, which leads to school failure among girls at Maqueze secondary school in Mozambique. The method applied for the study was qualitative and exploratory in nature, the population sample was made up of 22 social subjects. The research results showed that the low academic performance of girls in situations of early marriage is associated with the local environment (natural and artificial landscape, values, beliefs, etc.) which constitute external factors. Encouraged by the belief that pregnancy provides a

¹ Professor na Universidade Save (Unisave), em Moçambique. Pós-doutorado em Antropologia Social pela Universidade Federal do Amazonas (Ufam). Doutor em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia pela Ufam. Mestre em Educação/Ensino de Geografia e Graduado em Licenciatura em Ensino de História e Geografia pela Universidade Pedagógica de Moçambique. E-mail: carlitositoie@yahoo.com.br.

² Discente de mestrado no Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Rondônia (PPGG/Unir). Graduada em Psicologia Educacional pela Universidade Save (Unisave). E-mail: loidegracamacuacua@yahoo.com.br.

³ Em Moçambique, a palavra rapariga refere-se à menina ou à adolescente.



husband who will give his wife a good life and having children means having someone who will take care of their parents when they are old. Premature pregnancy is also the result of sex practiced in exchange for benefits (goods for use and consumption) and the local conviction that a pregnant woman and/or with a child cannot continue studying but must go home, among others, constitute environmental variables that materialize the territory of Maqueza, influencing premature pregnancies and school dropout.

KEYWORDS: Premature union. School achievement. School. Girl

1 INTRODUÇÃO

A influência do ambiente no comportamento reflete a ação das pessoas no espaço em que vivem. Este processo se dá quando o indivíduo age sob influência das variáveis ambientais que representam o mundo em torno de onde ele habita e faz a vida ter significado. Dessa forma, a situação espacial (lugar, território ou paisagem) influencia as escolhas do indivíduo. Daí surge o questionamento acerca de como as características físicas e estruturas presentes no meio em que se vive podem determinar os hábitos e os comportamentos das pessoas.

Esta pesquisa foi realizada no povoado de Maqueze, distrito de Chibuto, em Moçambique. Nesse lugar regista-se frequentemente gravidezes e casamentos prematuros, que simbolizam uma das piores formas de violência contra meninas moçambicanas. Mais da metade das meninas se casam antes da idade legal, ou seja, antes dos 18 anos. Esse fenômeno tem repercussões negativas no aproveitamento escolar das raparigas quando comparado com o dos rapazes da mesma faixa etária. Dentre os fatores determinantes para esta situação destacam-se os socioeconômicos e políticos, o espaço escolar, a sala de aula, a localização geográfica de casa, o tipo de habitação e a paisagem, entre outros.

Em Maqueze, prevalece ainda a ideia machista de que uma mulher foi feita simplesmente para cuidar do lar (marido, filhos e família do esposo), o que viola os princípios do processo do desenvolvimento e da educação estipulados na teoria de desenvolvimento humano ou de educação de Jean Piaget. Sobre esse assunto, em Moçambique, Cardoso (2010) afirma que as uniões prematuras afetam quase metade das raparigas abaixo dos 18 anos de idade. Uma vez realizado o casamento, espera-se que a rapariga assuma o seu papel de esposa e mãe, sendo que ela deverá cumprir com suas obrigações que não são apenas de cuidar da casa, mas também de cumprir com todos os deveres conjugais, incluindo a procriação. Por isso, o casamento prematuro pode ser entendido como uma forma de legitimação do abuso sexual de crianças.



O setor da Educação tem desenvolvido, desde o seu primeiro Plano Estratégico, instrumentos para orientar a implementação dos seus planos na perspectiva de gênero, dando enfoque à equidade através da promoção da entrada para a escola, particularmente das raparigas, aos seis anos de idade, por meio da construção de escolas mais próximas às comunidades. Em nível institucional, promoveu-se o equilíbrio de gênero na planificação e gestão de recursos humanos, por via de recrutamento de um número significativo de professoras e gestoras. Sem deixar de lado a abolição do Despacho nº 39/GM/2003, que obrigava as raparigas grávidas a serem transferidas para o curso noturno (Minedh, 2019). A criação de ambientes adequados na sala de aula, que propicie ao aluno um desenvolvimento humano, cultural, científico e tecnológico para que possa atender às exigências do mundo contemporâneo, pode ser uma das formas de trazer ambientes globais para o local e de empoderar as raparigas para almejem a tal equidade de gênero.

Os estudos desenvolvidos pela Unesco (2023) indicam que um número muito grande de meninas continua sem poder ter acesso ao direito à educação, uma vez que a pobreza, o casamento, a gravidez precoce e o trabalho infantil ou doméstico as impedem disso. Em todo o mundo, 122 milhões de meninas ainda estão fora da escola. São diversas as causas apontadas para essa situação, como os casamentos prematuros, a tradição e as práticas culturais que reforçam as desigualdades de gênero, valorizando o papel da mulher apenas na perspectiva do casamento, geração de filhos e cuidados com o lar. Além disso, o baixo conhecimento dos direitos e o baixo nível de escolaridade influenciam negativamente o aproveitamento escolar das raparigas casadas prematuramente, sobretudo devido à pressão de familiares, sejam eles pais, tios, avós ou parentes próximos.

A motivação para esta pesquisa partiu do interesse em compreender como a paisagem local influencia as raparigas em situação de casamentos prematuros, associada ao contexto educativo, e pelo fato de que, apesar de este fenômeno constituir-se em um assunto de discussões e interpretações das mais diversas áreas, os números de raparigas em descaso escolar continuam a aumentar.

2 PSICOLOGIA AMBIENTAL, AS RAPARIGAS E A SITUAÇÃO ESCOLAR

Para esta pesquisa partiu-se do pressuposto de que o comportamento de um indivíduo pode ser influenciado pelas condições geográficas do lugar (Hardy, 1939). Georges Hardy, no livro *La Géographie Psychologique*, desenvolveu a noção de que os escritos psicológicos se materializam



no espaço geográfico, num determinado tipo de habitat. Depois dele, vários outros autores se destacaram no uso da Geografia para potencializar estudos da mente ou da Psicologia.

A paisagem tem possibilidades ilimitadas para a criação de valores e para a compreensão de práticas sociais. O ambiente físico pode potencializar ou inibir diferentes atividades. A planificação escolar deve ter em conta o contexto do meio rural ou urbano, considerando os usos existentes e desejados para cada realidade, o ambiente em que a escola está inserida, os desejos e as necessidades das pessoas que vivem ou circulam no local. Todas essas variáveis ajudam a determinar as aspirações das raparigas e dos rapazes na idade escolar daquele lugar. Assim, as peculiaridades geográficas de Maqueze fazem desse espaço geográfico uma territorialidade, com valores de pertencimento específicos. Ao estudar as raparigas, foi necessário entender que elas fazem parte de uma comunidade rural com prioridades específicas, relacionada a processos de construção da identidade, impregnados de sentimentos de pertencimento e ligação ao lugar. Esse vínculo, por sua vez, está intimamente alinhado aos valores das pessoas que vivem nesse ambiente e à relação existente entre ambas as partes. O ambiente rural apresenta carências de lazer e recreação. Como aspectos negativos do lugar, destacam-se o hábito de dormir cedo e a valorização do sexo como prática divertida. As paisagens locais são associadas ao erotismo, sendo ideais para encontros românticos, namoros e relações sexuais. É inculcada nas raparigas a crença de que o marido é mais importante do que a formação escolar e o emprego. Agrega-se a isso os ensinamentos locais sobre feminização e masculinização de atividades, a flora, a fauna, o tipo de habitação e diversos mitos que fortificam essas crenças.

Em Moçambique, a idade núbil é de dezoito anos, podendo o casamento ser realizado entre indivíduos de sexos opostos com a idade mínima de dezesseis anos apenas excepcionalmente, “quando ocorram circunstâncias de reconhecido interesse público e familiar e houver consentimento dos pais ou dos legais representantes” (Lei da Família 10/2004). Neste contexto, toda e qualquer união marital entre dois jovens de diferentes sexos que não observe as idades mínimas estabelecidas na Lei da Família é considerada casamento prematuro. Ao estabelecer a mesma idade núbil para ambos os sexos, esse dispositivo legal pretende garantir, em primeiro lugar, a aplicação do princípio constitucional de igualdade dos cidadãos perante a lei. Tenta, ainda, salvaguardar os direitos preconizados na Convenção dos Direitos da Criança, em particular, “o direito à educação, saúde reprodutiva e mental, o direito a brincar e a poder crescer no tempo certo” (Siteo, 2011). Por fim, procura acautelar o casamento de menores, principalmente levando em consideração a persistência da prática de casamentos prematuros. Como explicar, então, que



apesar da existência desses dispositivos legais e institucionais que garantem a igualdade de direitos, inclusive com aplicação de multas e/ou possibilidade de dissolução do casamento, Moçambique, em 2014, ocupou a décima posição no ranking mundial dos países mais afetados pelos casamentos prematuros? (Unicef, 2016). Que fatores contribuem para a preocupante situação das elevadas taxas de gravidez e uniões prematuras em Moçambique?

Existem vários estudos e análises sobre o fenômeno das uniões prematuras e assuntos conexos, nomeadamente, a gravidez precoce e a educação da rapariga em Moçambique, como por exemplo, Bassiano e Lima (2018); Unicef, FNUAP e Cecap (2015); Osório (2015); GDM (2015); Unicef (2015); Francisco (2014); Osório e Macuácuá (2013). Todos esses chegam à conclusão de que as uniões prematuras têm como causas fatores de ordem ambiental (lugar), sociocultural e econômica: pobreza, desigualdades e marginalização dos tecidos sociais rurais dos processos de produção e distribuição da riqueza, bem como dos processos de tomada de decisão.

De acordo com a Unicef (2016), em famílias carentes, principalmente na zona rural, o sexo precoce se destaca como um dos elementos dinamizadores da gravidez indesejada e das graves doenças que podem levar à morte, fazendo com que as crianças fiquem limitadas para continuarem seus estudos. Em vez de dedicar o seu tempo à escola e às brincadeiras, a rapariga assume seu novo papel social, o de esposa, sendo que dificilmente consegue progredir. Cada menina casada antes dos 18 anos promove uma tragédia individual e colectiva. As raparigas afetadas pela gravidez precoce ficam mais pobres e marginalizadas. Não chegam a obter emprego do seu gosto; ficam vulneráveis à instabilidade psicológica e têm as suas vidas e os seus futuros comprometidos. A eliminação do casamento prematuro ainda não é uma prioridade do Estado moçambicano, pois não envolve ativamente o Conselho de Escola em ações de combate.

Os Conselhos teriam maiores possibilidades de atuação, posto estarem próximos das comunidades onde estão situadas as escolas primárias. Francisco (2014) adverte que o casamento prematuro é um flagelo social no país: gera altas taxas de desistência nas escolas primárias e faz com que a maioria das mulheres vivam em extrema pobreza e desgraçadas, pois compromete sua sobrevivência e o seu desenvolvimento integral.

Dentre a legislação e documentos oficiais relacionados ao combate aos casamentos prematuros em Moçambique, importa mencionar a Resolução nº 66/170 (2011), que instituiu o dia Internacional da Rapariga, visando promover uma maior mobilização e sensibilização de pessoas em todo o mundo para evitar que se perpetuem a discriminação e todas as formas de violência contra ela. A Resolução nº 66/170 (2011) também recomenda que se faça uma reflexão acerca da



situação da rapariga em todo o mundo, no dia 11 de outubro de cada ano, na vertente da promoção e proteção dos seus direitos, com vistas a alcançar um desenvolvimento sustentável até o ano de 2030, em âmbito mundial, conforme metas traçadas pela ONU (Osório, 2015).

A Carta Africana dos Direitos e Bem-Estar da Criança (2005), no seu Art. 11º, estabelece que “toda a criança deve ter o direito à educação que deve ser orientada para a promoção e desenvolvimento da personalidade da criança, talentos e habilidades físicas e mentais para o desempenho total das suas potencialidades”. Para o caso concreto de Moçambique, há que se ressaltar que a aplicação desse artigo ainda é um desafio, haja vista os dados da investigação conduzida por Osório (2015), segundo os quais as 110 crianças que deixaram de frequentar a escola em três províncias moçambicanas (Cidade de Maputo, Província de Maputo e Cabo Delgado) eram do sexo feminino. Excepcionalmente, um menino da Cidade de Maputo casou-se com menos de 18 anos de idade. Tal fato evidencia que nem todas as crianças têm os mesmos direitos, e que as meninas têm mais direitos violados que os meninos. Em cumprimento às recomendações da ONU, que havia definido o ano de 1979 como o Ano Internacional da Criança, o Estado moçambicano, dentre as comemorações, publicou a Declaração dos Direitos da Criança de Moçambique, através da Resolução nº 23 (1979), com o intuito de divulgar e debater os direitos da criança em todo o país.

3 METODOLOGIA DO ESTUDO

A preferência metodológica pela investigação qualitativa (Lakatos; Marconi, 2017) foi fundamentada por um interesse na exploração das várias ideias dos professores sobre a influência dos casamentos prematuros no aproveitamento escolar das raparigas. Do ponto de vista da abordagem, foi quali-quantitativa (Creswell, 2010), com o intuito de explorar e entender o significado que os indivíduos ou grupos atribuem a um problema social ou humano. Quanto aos objetivos, trata-se de uma pesquisa exploratória, pois envolveu levantamento bibliográfico, entrevistas e estudos de caso.

Também foi realizado o trabalho de campo, no qual se utilizou a técnica da entrevista para colher depoimentos que relatam os fenômenos vivenciados pelas raparigas da Escola Secundária de Maqueze. Cabe salientar que foram respeitadas as questões éticas, com um prévio pedido feito à secretaria da Escola Secundária da Maqueze, por meio de uma credencial fornecida pela Secretaria da Faculdade de Educação e Psicologia da Universidade Save de Massinga, a fim de não haver



impedimentos para a execução do estudo e para comprovar seu caráter exclusivamente acadêmico. Também foi feita a apresentação formal do pedido ao grupo alvo explicando-se, de forma clara, os objetivos e as modalidades de participação; a apresentação do consentimento para os professores e a garantia do sigilo e confidencialidade aos participantes da pesquisa através de atribuição de códigos. Por fim, houve garantia de liberdade de participação, permitindo aos participantes responderem as questões no dia em que tivessem disponibilidade.

Conforme Marconi e Lakatos (2017, p. 67), “a população é a totalidade de indivíduos que possuem as mesmas características definidas para um determinado estudo”. Nesse sentido, o presente estudo tem a população de 22 participantes ou informantes, sendo 4 membros do Conselho de Escola Secundária de Maqueze, constituídos por pai e mãe de alunos da escola; 6 professores de diferentes classes, incluindo o Diretor; 4 encarregados de educação da mesma comunidade; 6 alunas em situação de união prematura e 2 parceiros da escola (membros da ONG envolvida).

As técnicas de coleta de dados são um conjunto de regras ou processos utilizados por uma ciência, ou seja, corresponde à parte prática da coleta de dados (Lakatos; Marconi, 2017). Para Gil (2022), na coleta de dados podem ser utilizadas três técnicas, nomeadamente: entrevista, observação e questionário. Para a recolha de dados, utilizou-se a entrevista semi-estruturada, ministrada a 22 participantes, que explicaram sobre diversos aspectos relacionados à análise do aproveitamento escolar de raparigas em situação de união prematura. Essa entrevista foi administrada por um tempo de 20 minutos a cada participante. A duração foi de duas semanas, nas quais trabalhou-se com 3 participantes por dia. As informações coletadas foram arquivadas através das anotações dos depoimentos ou das falas dos participantes do estudo.

Para Bardin (2016), a análise de conteúdo corresponde a um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando à obtenção, por procedimentos sistemáticos e objetivos, de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (qualitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens. Segundo essa linha de pensamento, a utilização da análise de conteúdo prevê três fases fundamentais: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados - a inferência e a interpretação.

Os dados foram organizados em tabelas para facilitar sua análise. Antes disso, fez-se a codificação dos participantes usando a combinação de letras e números para respeitar os princípios éticos de tutela.



Assim, os professores foram codificados pela letra P do alfabeto português e seguido de um número natural de 1 a 4. Sendo E.P1 professor 1 ou primeiro professor, incluindo o diretor e o presidente do Conselho da Escola, e PC, respectivamente, os encarregados são codificados por E.EnC, mãe e pai turma são codificados por MPT e por fim parceiros da escola estão codificados em PONG.

4 APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Após realização das entrevistas foi feito o tratamento dos dados obtidos com os 22 informantes citados. Para melhor apresentação, análise e discussão dos resultados, segue-se a ordem das perguntas antecipadamente estabelecidas.

Os professores da Escola Secundária de Maqueze relataram acerca de lugares, árvores, bosques, sombras que têm sido utilizados para encontros românticos, relações sexuais, conversas e descanso. Eles acrescentaram que os hábitos e os valores que caracterizam o ambiente local são responsáveis pelas uniões prematuras. Também afirmam que os conteúdos programáticos de ensino incentivam o machismo, ao indicarem as tarefas domésticas como sendo de responsabilidade da mulher e os serviços/empregos para o homem. E não devia ser assim, visto que a escola é o lugar de formação de futuros adultos que vão desempenhar papéis essenciais no desenvolvimento da Nação. Desse modo, essas atitudes perpetuam a retenção das raparigas e violam seus privilégios de acesso à educação.

Perante essa situação, existe uma necessidade de potenciar o amor com as paisagens (topofilia, Yu-Fu-Tuan, 2011). Isso é relevante porque contribui para preservação e conservação das florestas. Por outro lado, é preciso criar uma topofobia, caracterizada pelo medo do ambiente das florestas, o que vale para que o conforto das paisagens locais não seja utilizado para manter relações sexuais. Quanto aos conteúdos programáticos de ensino, precisa-se educar os jovens, e a rapariga em especial, para que tenham atitudes de namoro saudável (com jovens da mesma idade, em lugares seguros como na casa dos pais e/ou encarregados da educação, um namoro sem sexo, educar para sexo depois de concluir da formação). Essa situação poderá servir para mitigar o sofrimento psíquico/adoecimento mental da rapariga, caracterizado por índices elevados de alunas com problemas de depressão, esgotamento psíquico e baixa auto-estima.

Em Maqueze, as raparigas são responsáveis pelos cuidados domésticos a favor de seus irmãos mais velhos e novos, mesmo sem ser órfãos de pais. Mas existe também meninas órfãs que



enfrentam severas dificuldades para cuidar dos seus irmãos menores após o falecimento de seus pais, optando por se casarem com homens adultos com posse, para que tenham apoio familiar. Isto contraria a Política da Juventude nº 16/2013, que pretende assegurar que a juventude moçambicana tenha uma vida longa e saudável, com saúde, educação e trabalhos dignos, remuneração compatível e habitação condigna. Para operacionalizar isso, em 2014 o então Primeiro-Ministro Alberto Vaquina liderou o lançamento da Campanha Nacional contra as Uniões Prematuras (Osório; Macuácuá, 2013).

Olhando para os pressupostos destacados pelos depoimentos dos participantes EP1, EP2, 3 e 4, eles evidenciam o ambiente local e a pobreza como promotores de uniões prematuras nas alunas, em particular nessa escola. Porém, também concorrem para essa situação o fracasso do trabalho do professor, do psicólogo e das organizações sociais que não desempenham seu trabalho com vistas a mitigar a situação, visto que a escola não possui gabinete do psicólogo.

Os depoimentos anunciados pelas alunas E.Alu-3, até 6, deixam evidente que muitas vezes o sexo iniciou no bosque, floresta ou mata em torno de casa. A escolha do parceiro não precisa ser coincidentemente da mesma idade, isso é irrelevante desde que seja um homem que irá sustentar a si, aos filhos e toda a família. O marido pode ser até idoso. A busca de auto-sustentabilidade, seja ela econômica, social ou política, é mais essencial do que o que defende a escola e as políticas nacionais e globais. Porém, numa perspectiva piagetiana de percepção do espaço geográfico - desde o espaço euclidiano até o projetivo -, as raparigas demonstram avanços significativos ao escolherem lugares com conforto térmico, livres de conflitos com animais e, por vezes, com frutos nativos da floresta local. Entretanto, a cultura local peca por submissão das menores de idade às questões/obrigações socioculturais, e isso leva em conta a violação dos princípios de aprendizagem no processo de desenvolvimento humano, sendo que não se deve considerar a criança como sendo um adulto em miniatura.

O governo moçambicano focaliza suas ações de combate à união prematura nas áreas urbanas e, com maior dificuldade, na zona rural, o que pode contribuir para desequilíbrios em termos de taxas de prevalência nas duas áreas. Estudos recentes comprovam que em Moçambique se registraram mais uniões precoces nas áreas rurais do que nas urbanas (Unicef- Moçambique, 2016).

Reativamente, na cidade de Maqueze, por ser uma zona rural, as uniões prematuras interferem diretamente no processo escolar - mais concretamente, no aproveitamento -, pois as meninas passam a ter uma dupla responsabilidade, envolvendo a escola e o casamento, e essa



dualidade acaba influenciando seu rendimento escolar. As raparigas desistem após a gravidez prematura e se sentem mais velhas em relação aos colegas, pois já contraíram matrimônio e continuam cuidando, em geral, dos irmãos mais novos, dos maridos e de suas famílias - situação que afeta a qualidade da vida psíquica dessas menores. De fato, a união prematura tem dois efeitos diretos na educação: o primeiro é o abandono escolar e, o segundo, o fraco desempenho escolar da rapariga. Na Estratégia de Gênero do Setor da Educação e Desenvolvimento Humano (2016-2020), o Minedh nota que à medida que as raparigas crescem, os índices de desistência aumentam (Bassiano; Lima, 2018).

Adicionalmente, o Art. 9.1 do Diploma Ministerial nº 46 (2008) estabelece três encontros anuais, no mínimo, que podem ser reaproveitados no colegiada para procurar melhores mecanismos que visem à eliminação de uniões prematuras que forcem o abandono por meninas que ainda se encontram no ensino primário, conforme o Regulamento Geral do Ensino Básico do Ministério da Educação e Cultura (Osório; Macuácua, 2013).

Mesmo grávidas, algumas raparigas tentam dar continuidade ao processo educativo mas, devido às preocupações, o rendimento acadêmico torna-se baixo, acabando por culminar com a desistência do ensino. Dentre as razões que levam uma rapariga a abandonar a escola nessa situação estão as dificuldades de organização do tempo para cuidar do bebê, bem como possíveis atitudes conservadoras por parte dos professores em relação às mães adolescentes, que podem aumentar o estigma e a discriminação (Giga, 2019).

5 ESTRATÉGIAS VOLTADAS PARA A REDUÇÃO DO ÍNDICE DE UNIÕES PREMATURAS NA ESCOLA SECUNDÁRIA DE MAQUEZE

Que estratégias têm sido aplicadas no intuito de reduzir o índice de uniões prematuras na Escola Secundária de Maqueze?

A interligação pode ser traduzida na medida em que, no âmbito do Conselho Escolar, tem havido encontros entre as partes que o compõem (diretor da escola, representantes dos professores, dos alunos, do pessoal técnico administrativo, dos pais e/ou encarregados de educação e da comunidade), a fim de garantir a participação de todos na tramitação de estratégias com vistas à resolução dos problemas enfrentados pela escola, como: difusão de métodos de planejamento, transferência de alunas grávidas para o período pós-laboral; reuniões com todos os membros do



conselho e divulgação da legislação sobre as consequências de uniões prematuras, conforme testemunhado nos depoimentos abaixo:

Os membros da escola temos convocado reuniões com os encarregados para debater-mos sobre as consequências de união prematuros (EP5, data: 26.02.2024).

O conselho da escola tem incentivado os alunos nesta situação a não desistir dos estudos tentarem cumprir o ano (EP5, data: 26.02.2024).

A escola como uma das estratégias de retenção a rapariga na escola é por transferir a estas alunas para o pós-laboral para terem mais tempo de estudo (EP5, data: 26.02.2024).

Para Fernando (2019), espera-se que a Assembleia da República discuta e aprove, com urgência, uma legislação que permita ao país (i) proibir as uniões com ou entre crianças; (ii) adoptar medidas para fazer cessar uniões prematuras já existentes; e (iii) definir critérios de proteção de direitos adquiridos pela criança em situação de união prematura e seus eventuais filhos – tal como consta nos objetivos do referido projeto de lei. Além de advogar por uma lei específica contra as uniões prematuras, seria interessante divulgar e monitorar outras leis e programas ligados à proteção dos direitos sexuais e reprodutivos de jovens e adolescentes. Ibraimo e Machado (2014) reconhecem o papel de destaque que a escola desempenha, ao defenderem que o Conselho de Escola deveria ser um espaço de participação da comunidade.

6 MEDIDAS PARA A REDUÇÃO DO BAIXO APROVEITAMENTO ESCOLAR

Quais medidas são levadas a cabo pelo Conselho de Escola, encarregados e parceiros no sentido de reduzir o índice de baixo aproveitamento escolar das raparigas em situação de união prematura? Os depoimentos dos participantes apontam as seguintes estratégias: convocação dos encarregados para reuniões da escola e aconselhamento dos encarregados a fim de evitar essas práticas. Como testemunham os depoimentos abaixo:

Nos como pais e mãe turma sensibilizamos os encarregados para evitar a submeterem os filhos a união prematuros (E.MPT1 e 2, data: 27.02.2024).

Como parceiro da escola temos implementamos gabinetes de aconselhamento a raparigas e implementamos os métodos de planeamento familiar (E.PONG-1 e 2, data: 27.02.2024).



Entretanto, as medidas fornecidas nos depoimentos dos participantes podem não ganhar tanta efetividade sem que estes não interajam com os líderes comunitários, visto que não são todos os encarregados que participam das reuniões escolares. Outrossim, a inexistência de gabinete do psicólogo para intervir tanto junto ao aluno como junto ao encarregado também é um fator de impasse para que essas medidas possam mitigar as práticas de uniões prematuras que desencadeiam o insucesso do aproveitamento escolar bem com o risco educacional.

Reconhecendo esse fato, o governo de Moçambique destaca como ação necessária para a redução das uniões prematuras o empoderamento das raparigas com informação, habilidades e redes de apoio para aumentar os conhecimentos sobre si próprias, o mundo que as rodeia e que sejam capazes de tomar decisões sobre as suas vidas (Fernando, 2019).

7 IMPLICAÇÕES DA UNIÃO PREMATURA PARA O APROVEITAMENTO ESCOLAR DAS RAPARIGAS DA ESMQ

Foi perguntado às raparigas se a sua união atrapalha seu aproveitamento escolar e de que modo. Dentre as respostas, temos:

O casamento e o meu aproveitamento escolar têm sido uma dificuldade porque é muito difícil gerir os dois sobre pressão (E.Alu-1, 2 e 3, data: 26.02.2024).

As vezes vêm para escola enquanto estou stressada devido a situação vivenciada com meu marido e isso acaba impactando a minha atenção nas aulas (E.Alu-4, data: 26.02.2024).

Houve um tempo que foi me muito crítico que ficava pensativa e angustiada porque estava em crise com o meu parceiro e os professores falavam que eu devia-me concentrar mais quando estiver na escola (E.Alu-5, data: 26.02.2024).

As vezes não consigo gerir as situações de casa, isso tem-me atrapalhado na escola (E.Alu-6, data: 26.02.2024).

O casamento prematuro não só compromete o futuro da menina envolvida como também constitui um grave problema de saúde pública. As possíveis implicações são: abortos espontâneos ou provocados, depressão infantil, fístula obstétrica e episiotomia. Em casos piores, o casamento prematuro tem aumentado sobremaneira a mortalidade materna infantil. Em suporte com os depoimentos patentes acima, tem-se como certo que as uniões prematuras têm sido uma alavanca para o fraco aproveitamento escolar das raparigas. Portanto, tem como implicações uma maior



incidência de mulheres analfabetas e/ou com baixa escolaridade, a desistência ou abandono escolar, a violação de direitos, o comprometimento do processo de desenvolvimento humano, o sofrimento e adoecimento psíquico, a baixa autoestima e a dependência das mulheres.

REFERÊNCIAS

- BARDIN, L. (2016). **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70.
- BASSIANO, V., & Lima, C. A. União prematuros em moçambique: causas e consequências do abandono escolar. **Imagens da Educação**, v. 8, n. 2, e43085, 2018.
- BUENO, A. M. O., Pereira, E. K. R. O. **Educação, Escola e didáctica**: uma análise dos conceitos das alunas do curso de pedagogia do terceiro ano. In: Anais da II Jornada de Didática e I Seminário de Pesquisa do CEMAD - Docência na Educação Superior: Caminhos para uma práxis transformadora, Universidade Estadual de Londrina (UEL), 2013.
- CARDOSO, I. C. B. de V. **A equidade de género em Moçambique: a contribuição de Graça Machel**. (Dissertação de Mestrado em Línguas e Relações empresariais). Universidade de Aveiro, Departamento de Línguas e Culturas. Aveiro-Portugal, 2010.
- CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE de 2004. Maputo: Imprensa Nacional, 2004.
- DOLA, P. R. *Causas da desistência das meninas nas escolas moçambicanas*. Moçambique, 2018.
- FRANCISCO, A. **Situação da união prematuros em Moçambique**. Comunicação apresentada na IV Conferencia Nacional sobre Mulher e Genero. Forum da Sociedade Civil, para o Direito da Criança (ROSC) Maputo-Moçambique, 2014.
- FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA EM MOÇAMBIQUE. Um Perfil do Casamento Prematuro em África. Maputo-Moçambique, 2016.
- GIGA, O. M. **Contributos para a caracterização do abandono escolar das raparigas em Moçambique**: estudo de caso da Escola Secundária de Anchilo, na Província de Nampula. (Dissertação). Instituto Universitário de Lisboa. ISCT-IUL, 2019.
- GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2022.
- IBRAIMO, M. N., & Machado, J. O Conselho de Escola como espaço de participação da comunidade. **REID Revista Electrónica e Desenvolvimento da UCMISSN**. 2 p. 24-38, 2014.



JANUÁRIO, T. J. **Causa de Abandono Escolar no Instituto Industrial e Comercial Joaquim Marra Chimoio (2010-2014)**. (Dissertação). Universidade Católica de Moçambique. UCM. Março, 2016.

LEI N. 10, DE 10 DE AGOSTO DE 2004. Aprova a Lei da Família em Moçambique. BOLETIM DA REPÚBLICA. I Série, Número 34, 2004.

LAKATOS, E. M. & Marconi, M. A. **A metodologia do trabalho científico**: projectos de pesquisa, pesquisa bibliográfica, teses de doutorado, dissertações de mestrado, trabalhos de conclusão do curso. Ed. 08. São Paulo: Atlas, 2017.

LEMOS, G. Almeida. **Inteligência e aproveitamento escolar**: análise da sua relação ao longo da escolaridade, 2008.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO DE MOÇAMBIQUE (2019). **Plano Estratégico da Educação 2010-2016 (2ª impressão)**. Maputo-Moçambique, 2019.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO HUMANO. (MINEDH). **Plano Estratégico da Educação 2010-2019**. MINEDH. Maputo, 2010.

MUCOPELA, V. M. **Abandono escolar em Moçambique**: políticas educativas, cultura local e práticas escolares. (Tese). Lisboa, 2016.

NEVES, M. **Factores do abandono escolar precoce e motivação para o regresso em educação de adultos**. (Dissertação). Vila nova de Gaia, 2010.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Actividades da OMS na Região Africana 2015- 2016**. Relatório da Directora Regional. Escritório Regional para a África II. República do Congo, 2016.

OSÓRIO, C., & Macuácuá, E. **Os ritos de iniciação no contexto actual**: ajustamentos, rupturas e confrontos. Construindo identidades de género. Editora: Maria José Arthur. Maputo-Moçambique, 2013;

PINTO S. M. X. **União prematuros no contexto dos ritos de iniciação femininos, praticados pela etnia Macua**: olhares dos finalistas do curso de licenciatura em Serviço Social. (Dissertação de mestrado), Universidade Aberta, Lisboa, Portugal, 2017.

RESOLUÇÃO nº 23/79, de 26 de Dezembro. **Dispõe a Declaração dos Direitos da Criança Moçambicana**. Boletim da República. I Série, Número 90, 1979.

SANTOS, S. **Um Olhar Sobre o Abandono Escolar no Concelho da Trofa**. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra: Câmara Municipal da Trofa, 2010.

SITOE, C. **União Prematuros em Moçambique**: Causas e Consequências da pobreza, 2017.



UNESCO. Declaração mundial sobre educação, sobrevivência proteção e desenvolvimento. Brasília, 2023.

UNESCO. **Educação amiga da criança**. Moçambique, 2010.

UNICEF-Fundo das Nações Unidas para a Infância e Fundo das Nações Unidas para a População. **Comunicado de imprensa da UNICEF e UNFPA contra união prematura**. Nova Iorque, 8 de março de 2016.

UNICEF-Fundo das Nações Unidas para a Infância, o Fundo das Nações Unidas para a População e Coligação para a Eliminação dos União Prematuros. **Casamento Prematuro e Gravidez na Adolescência em Moçambique: Causas e Impacto**. Maputo Moçambique, 2015.

Enviado em: 28/12/2024

Aceito em: 21/03/2024